



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Verificar a qualificação dos condutores para prevenir com rigor os riscos para a segurança rodoviária

A segurança rodoviária está directamente relacionada com a segurança da vida e dos bens de todos os utentes das vias públicas, pelo que o aperfeiçoamento da fiscalização da qualificação para a condução, o reforço do ordenamento das infracções e a optimização do regime jurídico do trânsito constituem elementos-chave para a construção de um ambiente rodoviário seguro e ordenado. Recentemente, registaram-se sucessivos acidentes de viação envolvendo condutores de idade avançada e “veículos de mobilidade pessoal” que não estão regulados, o que demonstra as “lacunas” existentes no actual regime de controlo da qualificação dos condutores e na fiscalização dos novos “dispositivos de mobilidade pessoal”, tratando-se de questões que merecem a atenção das autoridades e que devem ser resolvidas quanto antes.

Em meados de Fevereiro do corrente ano, ocorreu um acidente de viação em frente ao “Hospital Macau ‘Union’”, em que um condutor de 80 anos, suspeito de não ter cedido passagem, diante do sinal de “Stop”, colidiu com um motociclo, causando ferimentos; e em finais de Dezembro do ano passado, registou-se ainda um acidente de viação envolvendo dois automóveis e um motociclo, no qual a condutora, com mais de 70 anos de idade, bateu na traseira do motociclo, embatendo de seguida no automóvel que estava enfrente, causando um acidente em cadeia. Apesar de ainda não estar comprovada a ligação directa entre o factor “idade” e os acidentes, o certo é que com o avançar da idade, as funções do corpo, a compleição física e a capacidade de reacção dos condutores decaem



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

gradualmente; mais, algumas doenças ocultas também podem afectar a reacção e o desempenho na condução. Assim sendo, a razoabilidade dos critérios de exame físico e dos mecanismos de apreciação e aprovação da qualificação desses condutores merece a mais elevada atenção de toda a sociedade, havendo toda a necessidade de otimizar o actual regime de exame médico para os condutores de idade avançada.

Ao mesmo tempo, os riscos para a segurança resultantes da circulação de “veículos de mobilidade pessoal” nas vias públicas são cada vez mais graves. Na primeira quinzena de Abril do corrente ano, ocorreu um acidente de viação na Estrada do Canal dos Patos, junto à praça de táxis do Edifício do Posto Fronteiriço de Macau do Posto Fronteiriço Qingmao, em que um motociclo, quando circulava em direcção às Portas do Cerco, colidiu com uma trotinete eléctrica que de repente surgiu na via, fazendo cair os dois “condutores”, causando ferimentos. Hoje em dia, os novos “dispositivos de mobilidade pessoal”, tais como trotinetes eléctricas, “skates” eléctricos, bicicletas com assistência eléctrica, autoequilibrados, malas de viagem eléctricas, etc., já estão a circular de forma ampla no mercado. No entanto, as condições de circulação das vias públicas e as regras de trânsito de Macau não são adequadas para a circulação destes dispositivos, pelo que este tipo de infracção não só perturba a ordem normal do trânsito, como também pode facilmente provocar acidentes de viação graves, constituindo uma grande ameaça para os demais utentes das vias públicas. Assim sendo, os serviços competentes devem reforçar a fiscalização de todos os procedimentos, no sentido de erradicar estes riscos ocultos, e, ao mesmo tempo, sensibilizar os residentes e os visitantes para o primado da lei e para alterar a mentalidade de “apostar na sorte”.

Os diversos sectores sociais já chegaram a um forte consenso, apelando à



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

revisão global da “Lei do Trânsito Rodoviário” em vigor, cujas principais exigências se centram no reforço do efeito dissuasor das sanções, na punição severa dos diversos actos de condução perigosa, no aperfeiçoamento das cláusulas de fiscalização da qualificação para a condução, etc., com vista a proteger os direitos e interesses legítimos de todos os utentes das vias públicas. As autoridades afirmaram, claramente, que iam reiniciar os trabalhos de revisão da “Lei do Trânsito Rodoviário”, e que, actualmente, estão a iniciar os trabalhos preparatórios em articulação com o plano legislativo global do Governo, bem como a auscultar, de forma contínua, as opiniões do público e dos diversos sectores da sociedade, tendo em conta a optimização dos artigos mais polémicos, envidando todos os esforços para a elaboração de um regime jurídico do trânsito rodoviário mais rigoroso, aperfeiçoado e adequado à situação actual do trânsito de Macau.

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

1. Com o aumento gradual do número de condutores de idade avançada há que ter em consideração a sua compleição física, a sua capacidade de reacção e as doenças ocultas que podem afectar directamente a condução. As autoridades vão rever, de forma global, o regime de exame médico para os condutores de idade avançada, optimizar os itens de exame médico (abrangendo principalmente as funções do corpo, a capacidade de reacção, o rastreio de doenças ocultas, entre outros indicadores relacionados com a segurança de condução) e ajustar ainda a frequência dos exames médicos – exame anual para os condutores com idade igual ou superior a 65 anos e exame semestral para os condutores com idade superior a 70 anos, com vista a fiscalizar rigorosamente a qualificação dos condutores e a prevenir, a partir da fonte, os riscos para a segurança rodoviária causados por indisposição física?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. São frequentes os acidentes de viação provocados pela circulação ilegal de “dispositivos de mobilidade pessoal”, tais como, trotinetes eléctricas, autoequilibrados, etc. nas vias públicas, e os riscos de segurança continuam a aumentar, o que constitui uma grave ameaça para a ordem e segurança rodoviária. Face a estas situações, as autoridades vão, em conjugação com os trabalhos de revisão da “Lei do Trânsito Rodoviário”, clarificar as cláusulas sancionatórias e os critérios de aplicação da lei, elevar os custos das condutas ilegais, e reforçar a fiscalização e a execução da lei nos locais e períodos de tempo críticos, com vista a combater de forma abrangente a circulação ilegal dos respectivos dispositivos e salvaguardar a segurança da vida e dos bens de todos os utentes das vias públicas?

1 de Junho de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chao Ka Chon